Notícias do dia 24 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 2

O POPULAR - GO - CAPA
TCE - GO
Deputados mostram insatisfação com a não reposição de atrasados 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Data base gera insatisfação de deputados e silêncio de aliados 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão de Finanças avaliza relatórios de gestão da Secretaria da Saúde e distribui processos, nesta quarta-feira, 24 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão de Finanças avaliza relatórios da Secretaria da Saúde e distribui processos 7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão de Finanças, presidida por Renato de Castro, reúne-se, nesta 4ª-feira, com relatórios de gestão na pauta 8

Deputados mostram insatisfação com a não reposição de atrasados

Parlamentares reclamam do passivo acumulado

p06

Site: https://opopular.com.br/digital/24-abril-2024/1o-caderno

Data base gera insatisfação de deputados e silêncio de aliados

Rubens Salomão rubens.salomao(còopopular.com.br

Deputados da base aliada ao governador Ronaldo Caiado (UB) escolheram o silêncio nas primeiras sessões plenárias depois do envio, pelo Executivo, dos projetos de recomposição salarial para servidores estaduais, referentes às perdas no ano de 2023. Os parlamentares caiadistas mantêm reserva por conta da manutenção de passivo relativo ao não pagamento do reajuste nos anos de 2019, 2O2O e 2O21.

Os representantes de categorias estaduais lidam diretamente com as reclamações dos servidores públicos, que cobram a recomposição integral, principalmente aqueles ligados à Secretaria de Segurança Pública. Para outras das maiores categorias, como Saúde, Educação e administrativos, há negociação em curso junto ao governo estadual para que o passivo seja incluído em projetos de reestruturação das carreiras.

"Como o governo se comprometeu a reestruturar as carreiras, a nossa expectativa é de que esses projetos sejam confirma-dose enviados ornais breve possível para a Assembléia Legislativa. Até porque o porcentual acumulado não poderia ser atendido apenas por meio da recomposição inflacionária. É preciso reestruturar. É o caso do Sintego, do Sindpúblico e do SindSaúde", afirma a deputada estadual BiadeLima (PT).

Como antecipado pelo Giro, o governo enviou nesta segunda-feira (22) os dois projetos que estabelecem o índice de 4,62% para a data base referente a 2023, assim como a recomposição dos salários de professores da rede estadual. As propostas têm, impactos anuais de R$ 319,8 milhões, para todos os servidores. e de RS 188,5 milhões para o magistério, em 2024. A previsão é de montante de RS 479,7 milhões e RS 197.3 milhões. respectivamente, para o próximo ano de 2025.

A aplicação da reposição anual deverá ocorrer a partir do dia 1' de maio, com índice superior à proposta inicial de 3,71%, apresentada em março pela administração às categorias. Ainda em março, o Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos de Goiás apresentou contraproposta ao governo com a cobrança de 18,18% acumulados nos anos de 2019, 2020 e 2021, além da data base de 2023. As exigências, no entanto, foram rejeitadas pelo estado.

Enquanto os opositores sequer consideram apresentar emendas para aumentar o índice proposto de 4,62%, sem perspectivas de aprovação das mudanças, aliados reclamam, nos bastidores, da falta de resposta do governo sobre o passivo acumulado. Único a falar sobre o tema, Coronel Adailton (SD) defendeu a gestão Caiado mas pediu "sensibilidade" na negociação com os servidores.

"Nós estamos acompanhando muito de perto, junto às secretarias de Administração e da Fazenda, ouvindo as orientações do governador Ronaldo Caiado. Claro que acompanhamos também as nossas entidades que representam a segurança pública e também outros servidores. Não estão contentes com esse 4,62%. Definitivamente, não estão, mas é o que o governo do estado pode fazer nesse momento, principalmente em virtude do Regime de Recuperação Fiscal". aponta.

Apesar de afirmar não haver prazo para que a negociação sobre a defasagem salarial apresente resultados agora, o governista insistiu para que não seja abandonada. "Nós temos a convicção de que o governo está ciente do que ficou para trás desde 2019, com a defasagem da da -ta base. Nós estaremos na luta buscando que ocorra, verdadeiramente, a reposição salarial. Apenas isso. Não é aumento de salário", afirmou Adailton.

Por definição do presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), a tramitação dos projetos de data base enviados por Caiado só será iniciada quando matérias relativas à recomposição de todos os poderes e órgão autônomos forem protocoladas. Nesta terça-feira (23), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) enviou projeto com a mesma previsão para reajuste de 4,62%.

"Nós vamos esperar porque vamos aguardar também dos outros poderes, como Tribunal de Justiça, Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado** e da própria **Alego**. Precisamos fazer em conjunto e ai nda nesta semana devem estar chegando todos os outros projetos", aponta o líder do governo, Talles Barreto (U B), ao POPULA R.

Talles desconversou quando questionado sobre a recomposição do passivo de 18,18%. "A Secretaria de

Administração está tomando conta disso. Mas vamos desenrolando esse de 2023 e tocar o barco. Depois, deve ter essa discussão entre cada categoria junto com a secretaria para discutir o anterior", afirma.

Deputados no sessão desta terça (23): parlamentares esperam mais negociações sobre anos sem reposição

PL quer reajuste automático a acidentados do Césio-137

A Assembléia Legislativa de Goiás (**Alego**) iniciou nesta terça-feira (23) a tramitação de projeto para retomar a recomposição inflacionária automática da pensão paga pelo Estado às cerca de 1,2 mil vítimas reconhecidas do acidente radiológico com o césio-137, ocorrido em Goiânia no ano de 1987.0 texto, do deputado IssyQuinan (MDB), vem após veto do governador Ronaldo Caiado (UB) ao reajuste das pensões, que passariam dos atuais R$ 954 para o valor de um salário mínimo - R$1.412.

Caiado vetou proposta do deputado estadual Major Araújo (PL) por considerar a matéria inconstitucional, já que não tinha previsão de impacto orçamentário e financeiro. As pensões às vítimas foram criadas por lei em 2002, jácom o reajuste automático a cada ano. A correção, no entanto, foi retirada por meio de lei encaminhada pelo então governador Marconi Perillo (PSDB), em 2014. Desde então, a reposição passou a ocorrer por "ato discricionário do governador". As recomposições deixaram de ser feitas e os acidentados recebem o mesmo valor desde 2019.

Diante do congelamento do valor da pensão, representantes da Associação dos Contaminados, Irradiados e Expostos ao Césio 137 (Aciec) buscaram contato com deputados estaduais em visita à **Alego** nesta terça-feira (23). "Foi uma coincidênciaa apresentação do projeto ocorrer no mesmo dia da presença dos acidentados aqui na Casa", afirma Issy Quinan. Questionado sobre os valores defasados, o deputado considera; "Esse projeto, para retomar a recomposição inflacionária automática, é um primeiro passo. Aí nós poderemos provocar essa discussão para sanar essa demanda que existe", afirma.

Site: https://opopular.com.br/digital/24-abril-2024/1o-caderno

Comissão de Finanças avaliza relatórios de gestão da Secretaria da Saúde e distribui processos, nesta quarta-feira, 24

Sob a presidência do deputado Renato de Castro (UB), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento se reuniu, nesta quarta-feira, 24, de forma híbrida, para a apreciação de processos. Na oportunidade, três relatórios de gestão, provenientes do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), estiveram na pauta.

Na fase de votação de matérias, foi colocado em apreciação o parecer pelo arquivamento, assinado pelo deputado Alessandro Moreira (PP), ao processo legislativo nº 1459/23 , que terminou acolhido pelo colegiado.

Encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), o texto traz relatórios dos resultados obtidos com a execução do contrato entre a pasta e a Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), para o gerenciamento do Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Os documentos abordam os períodos de 15 de janeiro a 14 de julho de 2022, e 15 de julho de 2022 a 14 de janeiro de 2023.

Distribuição de relatórios

Os outros dois documentos foram distribuídos para relatoria de membros da Comissão de Finanças. O de nº 7890/24 , que trata da prestação de contas anual do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), referente ao exercício de 2023, foi destinado à análise do deputado Alessandro Moreira (PP).

Já o processo nº 7611/24 , da Secretaria da Saúde, que trata de relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão, foi distribuído para a relatoria da deputada Dra. Zeli (UB).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/143965/comissao-de-financas-avaliza-relatorios-de-gestao-da-secretaria-da-saude-e-distribui-processos-nesta-quarta-feira-24

Comissão de Finanças avaliza relatórios da Secretaria da Saúde e distribui processos

Sob a presidência do deputado Renato de Castro (UB), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento se reuniu, nesta quarta-feira, 24, de forma híbrida, para a apreciação de processos. Na oportunidade, três relatórios de gestão, provenientes do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), estiveram na pauta.

Na fase de votação de matérias, foi colocado em apreciação o parecer pelo arquivamento, assinado pelo deputado Alessandro Moreira (PP), ao processo legislativo nº 1459/23 , que terminou acolhido pelo colegiado.

Encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), o texto traz relatórios dos resultados obtidos com a execução do contrato entre a pasta e a Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), para o gerenciamento do Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Os documentos abordam os períodos de 15 de janeiro a 14 de julho de 2022, e 15 de julho de 2022 a 14 de janeiro de 2023.

Distribuição de relatórios

Os outros dois documentos foram distribuídos para relatoria de membros da Comissão de Finanças. O de nº 7890/24 , que trata da prestação de contas anual do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), referente ao exercício de 2023, foi destinado à análise do deputado Alessandro Moreira (PP).

Já o processo nº 7611/24 , da Secretaria da Saúde, que trata de relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão, foi distribuído para a relatoria da deputada Dra. Zeli (UB).

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/143965/comissao-de-financas-avaliza-relatorios-da-secretaria-da-saude-e-distribui-processos

Comissão de Finanças, presidida por Renato de Castro, reúne-se, nesta 4ª-feira, com relatórios de gestão na pauta

Presidida pelo deputado Renato de Castro (UB), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento fará reunião nesta quarta-feira, 24, com três relatórios de gestão de órgãos públicos na pauta. A reunião ordinária será a partir das 14 horas, na sala das comissões do Palácio Maguito Vilela.

O processo legislativo nº 1459/23 , encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), traz relatórios dos resultados obtidos com a execução do contrato entre a pasta e a Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), para o gerenciamento do Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol). Os documentos abordam os períodos de 15 de janeiro a 14 de julho de 2022 e 15 de julho de 2022 a 14 de janeiro de 2023.

Conforme determina a Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) recebe relatórios de acompanhamento e avaliação da execução para exercer o controle externo político e, ainda, se necessário, atuar em casos de irregularidades ou ilegalidades.

Em outubro de 2023, o colegiado aprovou o parecer do relator, deputado Alessandro Moreira (Progressista), pela diligência à SES para sanar dúvidas quanto às irregularidades na transparência da Agir e aos apontamentos feitos pela Coordenação de Acompanhamento Contábil.

Em resposta, a SES informou que acatou as justificativas enviadas pela gestora do Hugol. Além disso, que, além do monitoramento realizado para resolver as não conformidades, elaborou um sistema interno de ranking para acompanhamento da evolução das organizações sociais nas boas práticas. Assim, o deputado relator emitiu parecer pelo arquivamento do relatório, decisão que será avaliada pelo colegiado na reunião de hoje.

Os outros dois documentos da pauta serão distribuídos para relatoria de membros da Comissão de Finanças. O de nº 7890/24 é a prestação de contas anual do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), referente ao exercício de 2023. Já o de nº 7611/24, da Secretaria da Saúde, trata de relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/143928/comissao-de-financas-presidida-por-renato-de-castro-reune-se-nesta-4-feira-com-relatorios-de-gestao-na-pauta